



Assunto: Língua P

R\$45,00

Qtd: 1

DEIXE SEU COME

Mi piace 0

FICHA TÉCNICA

AUTORES

COMENTÁRIOS

- > Arnaldo Cortina
- > Conrado Moreira Mendes
- > Denis Bertrand
- > Diana Pessoa de Barros
- > Elizabeth Harkot-de-La-Taille
- > Federico Montanari
- > Glaucia Proença Lara
- > José Luiz Fiorin
- > Juan Alonso Aldama
- > Kati Caetano

- > Arnaldo Cortina
- > Conrado Moreira Mendes
- > Denis Bertrand
- > Diana Pessoa de Barros
- > Elizabeth Harkot-de-La-Taille
- > Federico Montanari
- > Glaucia Proença Lara
- > José Luiz Fiorin
- > Juan Alonso Aldama
- > Kati Caetano

ISBN: 9788572447959

Abordagem sociosemiótica de conflito e guerra

Federico Montanari

Tradução: Carolina Tomasi

1. O conflito como fundamento dos fenômenos socioculturais? A resposta semiótica

O conflito foi concebido geralmente como fundamento dos fenômenos culturais, por parte de uma longa tradição do pensamento, tanto na Filosofia como nas Ciências Humanas. A intenção deste artigo é procurar confrontar algumas definições de conflito para depois tentar delinear os traços que parecem ser relevantes para um estudo sociosemiótico, especialmente das atuais formas de guerra e de conflito. Propomos então primeiramente, mesmo que ainda de forma provisória, a definição que nos parece ser mais compartilhada no âmbito das Ciências Sociais.¹ O conflito é reconhecido por parte dessa tradição filosófica e sociológica – de Marx a Durkheim, Simmele Weber até Dahrendorf, embora com todas as diferenças –, em primeiro lugar, como *forma de relação* e de *interação entre sujeitos* (de atores individuais, ou coletivos), caracterizada pela *percepção*, por parte dos atores em jogo, de uma *divergência* ou *incompatibilidade*, de objetivos: “*as a situation in which actors use conflict behavior against each other to attain incompatible goals and/or to Express their hostility*”.² De modo mais específico, pode-se falar do realizar-se de uma “interferência” entre os programas de ação dos diversos sujeitos em campo; e é essa a definição que propõem as Ciências Sociais e também mais especificamente uma disciplina como a Semiótica³ em seu ocupar-se com os modos de construção dos processos culturais de significado.

Queremos aqui lembrar – embora essa questão seja conhecida – que para a análise semiótico-narrativa (a partir dos trabalhos de Greimas e sua escola)⁴, a estrutura fundamental dos sistemas e processos de significação consistiria em uma configuração do tipo polêmico-conflitual que estaria na base da própria ação, assim como, exatamente, do sentido e da comunicação. Mais especificamente na base das ações, a Semiótica concebe estruturas de tipo narrativo: os programas de ação para a Semiótica estrutural correspondem a programas narrativos, estruturas na forma de enunciados, compostos de “actantes” – entidades ainda abstratas e vazias: funções então como um sujeito (S) – que são depois investidos, ou seja, conjungem-se com objetos de valor (O), fazendo parte de determinados sistemas axiológicos. Os sujeitos encontram-se assim em

luta para conjungir-se com tais valores, chocando-se e encontrando-se com outros sujeitos que lutam pelo objeto, ou contrapondo-se a outros sistemas de valores. É de notar como, para Greimas, no centro dessas configurações do tipo polêmico-conflitual, encontramos figuras como o “desafio”: estrutura de interação em que o bom funcionamento “implica uma cumplicidade objetual entre manipulador e manipulado”.⁵ A análise de tais tipos de relação e de “figuras de interação” – como aquela do “duelo” – encontra na Semiótica muitos pontos em comum com a análise estratégica das guerras⁶, dos conflitos e das relações internacionais. Nessa direção, segundo Thomas Schelling:

[...] in taking conflict for granted, and working with an image of participants who try to “win”, a theory of strategy does not deny that there are common as well as conflicting interests among the participants. In fact, the richness of the subjects arises from the fact that, in international affairs, there is mutual dependence as well as opposition [...]. For this reason, “winning” in a conflict does not have a strictly competitive meaning; it is not winning relative to one’s adversary. It means gaining relative to one’s own value system.⁷

Eis que agora, nessa primeira definição de conflito prevalece a seguinte ideia: que o “outro” faça alguma coisa que me impeça de realizar o meu projeto, ou que interfira no meu plano ou programa de ação, ou vice-versa. Não só isso, nesse contraste, cria-se uma ligação; e os participantes constroem imagens uns dos outros. Seguindo esse primeiro conceito, o conflito nasce e se inicia no momento em que há a *percepção* de um *impedimento* no fazer, ou de uma *vontade* de fazer. “Eu” (ou “nós”) – em geral ator em uma cena social – faço, procuro, ou quero fazer alguma coisa, e penso que o outro sujeito esteja me impedindo ou obstaculando. Naturalmente, devemos sublinhar o fato de que se trata, na verdade, de uma *percepção*, ou de uma *convicção*: estou convicto, ou tenho a sensação de que aquele outro sujeito me impede de atingir meu objetivo ou tarefa: poder-se-á tratar de um dos sujeitos envolvidos, ou ao contrário de um “terceiro” sujeito que observa e não participa diretamente da ação. É importante, a esse propósito, lembrar que, para a Semiótica e a sociossemiótica, entram em jogo aqui dois elementos fundamentais, de posterior aprofundamento, relativamente à análise sociológica: a dimensão *modal*; e aquela relativa ao “ponto de vista”, ao *observador*.

1.1 *Os componentes modais e passíveis de observação nos conflitos*

A Semiótica narrativa nos ensinou a ter muita atenção com a dimensão modal. Trata-se de avaliar como os atores de uma ação são “carregados” ou compostos de

diversos planos: eles não são entidades “compactas”, antes são estratificados em vários níveis, que compõem seus “papéis”. Eles são preenchidos, são enriquecidos, pouco a pouco, dessas funções, de instâncias que a teoria define, como é sabido, derivando-as da Linguística, como “instâncias modais” – como o querer, o dever, o poder, o saber, o crer, enfim, o ser e o fazer, suscetíveis, naturalmente, de se constituírem de diversas combinações. Trata-se então de participantes “carregados” de uma competência modal; e é essa competência que define o papel dos diversos actantes, ou seja, das instâncias que desempenham os diversos programas de ação. Por isso, segundo a análise semiótica, o confronto, a troca polêmica, não se dá mais entre atores compactos e monolíticos, mas entre diversos níveis, ou “estratos” dessas subjetividades compostas.

No que se refere ao observador, muitos textos de Semiótica, a partir sobretudo de Fontanille⁸, têm insistido nessa função que trabalha particularmente com o plano da enunciação e da discursivização. Pode-se tratar, concretamente, também de um ator, como a “opinião pública” ou a “mídia”; ou de outros participantes do conflito. Todavia, além dos casos específicos (notas jornalísticas, mídia, mas também testemunhas etc.), aquilo que em geral parece mostrar aos estudos semióticos, em estreita ligação com os trabalhos clássicos da Sociologia e das interações conflituais, de Simmel a Goffman, trata-se de avaliar as funções de “terceiros” (destinatário, direto ou indireto, da comunicação e interação conflitual, ou simples observador “mais externo” ou intruso). Em todo caso, temos que construir gramáticas apropriadas a um “observador” que, em suas formas mais ou menos mascaradas, ou duplicadas, poderá participar ou não, tomar distância, às vezes beneficiar-se do conflito. O que mais conta, porém, é a capacidade de esse observador modificar a “percepção” sobre o próprio conflito: fazer de modo que, por exemplo, seja percebido como em fase de “aceleração” gradual, ou de “desaceleração”, ou ainda de espera, ou de reposicionamento dos participantes. Nesse sentido, os estudos semióticos nos indicam que essa função de observação pode encarnar-se em um terceiro sujeito ou ser assumida, paralelamente ou ao mesmo tempo, por um dos dois antagonistas.⁹ Graças à função “observador”, passamos das organizações do tipo narrativo aos modos de perceber os processos, em sua dimensão “aspectual”, relativa ao ponto de vista. Em todo caso, esse “jogo” de triangulação é muitas vezes fundamental nas situações de interação conflitual.

Um sujeito qualquer – seja no nível “micro”, como um sujeito singular, seja no nível “macro”, como no caso de um sujeito coletivo, por exemplo, um Estado, ou ainda de uma personagem pública ou política – pode exprimir, no curso de uma negociação ou

de um conflito, um “querer” alguma coisa, mas ao mesmo tempo, “crer” que o “outro” (inimigo, adversário, aliado) “quer” outra coisa; ou ainda, que “saiba”, “creia” ou não em alguma coisa. Todavia, essa dimensão modal, interligada com aquela passível de observação, representa naturalmente um componente muito importante nos conflitos, enquanto concatena o plano de ações com o plano das motivações, das crenças, mas também das esperanças e expectativas.

Geralmente, devemos sempre imaginar esse tipo de relações conflituais como colocadas e, ao mesmo tempo, capazes de determinar uma “situação”: um “clima” que influi na própria ação conflitual. Por exemplo, quando se acentua a tensão, a descrença; devemos, além disso, imaginar que os sujeitos ou atores envolvidos influenciem o próprio comportamento com base no comportamento do outro, uma forma de relação recíproca. Todavia, a eclosão de um conflito está sempre ligada a um impedimento, ou a um embate de “vontades”, pelo fato de que a qualquer um é impedido atingir um objetivo ou um objeto de valor (seja ele material, seja imaterial): “eu *quero* fazer alguma coisa e o outro *quer* me impedir de fazê-lo”.

2. Conflito como construção de identidade

A essa concepção de conflito seria acrescentada outra. Frequentemente, por haver conflito, não basta apenas uma incompatibilidade de objetivos; o conflito desencadeia-se motivado por frustração “por reconhecimento”, ligada a um papel e *identidade*. Os sujeitos, individuais ou coletivos, lutam também por um reconhecimento recíproco; às vezes também relativamente a um espaço (físico, geográfico, social e territorial, como o mesmo Goffman nos lembra, ou urbano, mas também de tipo mais abstrato).

Todavia, de qual reconhecimento se está falando? No mínimo, de uma identidade. Uma identidade, porém, não é nunca um elemento isolado: está sempre relacionada à constituição de relações de poder. O nascimento da Filosofia e da *teoria política moderna* é também assinalado por essa ideia e por esse cruzamento¹⁰: de Maquiavel a Hobbes, até Kant e Hegel, depois em direção a Foucault, e enfim, ainda, com as Ciências Sociais, o caminho é marcado por essa concepção da luta como construção – e, certamente, gestão – das relações de poder: na cidade, no estado, entre as nações. Poder *como relação*, mas, sobretudo, como *percepção* do outro (adversário, inimigo, a outra parte ou antagonista).

Frequentemente, os conflitos têm como ponto e tema central, exatamente, um “contraste de fundo” entre os sistemas de valores, ou de uma luta para fazer prevalecer uma identidade – por exemplo, entre os grupos ou, mais tradicionalmente, entre estratos ou classes sociais, ou entre culturas diversas ou, ainda, no interior de uma mesma cultura. Tal definição parece mais sublinhar a ideia de conflito coletivo do que individual: entre grupos ou complexos sociais (pensamos também em entidade ampla como países, ou estados, como no caso de conflitos internacionais). Contudo, sublinhamos que as estruturas e as dinâmicas de conflitos em escala, obviamente, diversa (por exemplo, os conflitos interpessoais em relação aos coletivos), frequentemente terminam por assemelhar-se (tensões, *escalation*, na verdade, lutas para “estabelecer jogo”, e disputa sobre valores, medo de “perder a face” ou de ver desvalorizada a própria identidade etc.).

Se, a bem da verdade, também o conflito de identidade pode ligar-se novamente ao modelo mais geral de “interferência” em programas de ação (pensamos em “programas” não somente como ideia de atingimento de um objetivo declarado ou bem delineado, mas também, na verdade, como ideia de entrar em contraste com outros), em todo caso *reciprocidade*, *interferência* negativa, *identidade* e *situacionalidade* parecem então ser a palavra-chave das relações conflituais.

Há uma tendência que prevaleceu entre os estudiosos, a partir da segunda metade dos anos 1900 (em tais condições, dos anos 50-60, do advento e da intensificação da Guerra Fria: com todas as consequências que isso trouxe, também em termos de elaboração do pensamento, em particular com a generalização do conceito de estratégia¹¹). Daí, então, ganha terreno a ideia segundo a qual os conflitos (especialmente os internacionais ou sociais) poderiam ser reconduzidos a lutas entre atores dotados de querer e de sistemas de crenças. Levados adiante também com armas propriamente “semióticas” e “virtuais” de ameaça, de dissuasão, de destruição e de *compellence*: em suma, todo um conjunto de “práticas” e de programas de ação que os próprios estudiosos de estratégia militar bem definiram como “armas semióticas” ou de “gesticulação estratégica”.¹² A guerra e, por consequência, a estratégia, alargou assim suas características de virtualidade e “enfrentamento”: de *preparação* à ação antes ainda que de ação verdadeira e propriamente; lá onde se tornava essencial pensar nas formas de conflito que poderiam ser traduzidas em uma verdadeira e propriamente *escalation*, que teriam podido conduzir a um provável choque nuclear fatal.

3. Os estudos antropológico-culturais: disputas nas culturas e entre elas

Até os estudos culturais de orientação antropológica parecem estar próximos dessa ideia de interferência. Tanto os de antropologia das culturas ditas não ocidentais, quanto os que se fixam, há tempos, como um “retorno” da Antropologia ao estudo das sociedades ocidentais¹³ – enquanto em um mundo globalizado a distinção aparece sempre mais árdua, pensamos relativamente a esse ponto em toda a reflexão do pensamento do pós-colonialismo – insistem neste ponto: cada cultura ou âmbito cultural é atravessado por contínuas *disputas* e discussões, especialmente nos momentos de nascimento ou de forte crise ou de redefinição dos limiares ou das estruturas hierárquicas de uma dada cultura e sociedade.

Essas lutas, além disso, ocorrem não só “entre” culturas ou âmbitos culturais diversos, mas, ainda mais uma vez – especialmente nos momentos de crise e de transformação –, se dão também no interior de específicos subsistemas culturais dentro de uma mesma cultura. É o caso, certamente, não só das lutas políticas ou dos conflitos de tipo econômico¹⁴ e social, mas também das “guerras científicas” e das disputas ou controvérsias científicas, avaliadas por estudiosos de Sociologia da Ciência como verdadeiros e próprios campos de luta e antagonismo, ou, como afirmava Thomas Kuhn, de revolução científica e crises de paradigma.¹⁵

Essas disputas e discussões são principalmente fundamentadas na definição de legitimidade, de controle e circulação dos significados e das informações que fluem no interior de determinada cultura ou contexto social. E, então, se pode dizer que as culturas e sociedades não são outra coisa que os lugares dessas incessantes discussões, embora variáveis em intensidade.

Nesse sentido, também no interior de diversas culturas, as formações denominadas subculturais – em sua manifestação como contraculturas juvenis que apareceram nos países anglo-saxônicos, com todos os seus desenvolvimentos e transformações, nos anos 50-60 – apresentam-se como conflituais se comparadas com a cultura majoritária; ou às vezes também entre si, caracterizadas como são pela ostentação de um certo tipo de estilo de comportamento, vestimentas, de gosto e de produções estéticas e artísticas. Trata-se frequentemente de formações culturais que, também em sua diversidade, e muitas vezes colocando-se no interior do mais vasto universo das culturas populares, acentuam os traços de uma *diáspora* ou de formas de enclaves ou de separação, parcial ou total, relativamente à cultura majoritária. Nesse sentido, em um texto que se tornou clássico, Hebdige¹⁶ enfatizava a ideia de “quebra de

códigos”: portanto, conflitos operados por algumas contraculturas (como a *hippie* ou a *punk*) por meio do revolvimento ou de nova mistura – às vezes expressos de modo espetacular e rebatidos pela mídia, outras vezes de forma alternativa ou *underground* – dos códigos e das regras estéticas *mainstream*; por esse motivo, fala-se também de “revolta” ou conflito, ou “guerra dos estilos”, os quais produzem também efeitos identitários no interior das mesmas formações culturais.¹⁷

3.1 *As culturas entre risco e conflito*

Uma estudiosa da teoria da cultura, como Mary Douglas, sublinha como as culturas e as sociedades trabalham sobretudo abrindo discussões sobre definição do que é “risco” ou “culpa” ou “perigo” para os membros dessa mesma sociedade: particularmente, no que se refere às atribuições recíprocas de “*blaming*” (de culpa) e sobretudo em relação à percepção dos riscos que podem envolver determinada comunidade. Pensemos nos casos mais dramáticos e notáveis como os de contestação e renúncia à energia nuclear; o da aids; ou, ainda, nas novas ondas de difusão dos comitês de protesto ou em defesa dos diversos territórios contra a instalação de lixões, a construção de obras, civis ou militares, consideradas devastadoras ou perigosas para determinados territórios. Nesses casos, as disputas, as discussões, inflamam-se com as definições do que é “oportuno”, “justo”, ou “nocivo” vs. “prioritário” para aquela comunidade, em relação a um campo mais vasto (social, nacional, ou internacional, como no caso da realização de uma base militar com presumidos objetivos de defesa ou relativos a acordos internacionais). Além disso, essa avaliação pode servir também para explicar a relação entre os indivíduos que vivem em diversas culturas, seus comportamentos e sistemas de valores que estão em sua base.

A esse propósito, escreve Mary Douglas:

Algumas culturas exigem dos indivíduos um envolvimento público, enquanto outras pressupõem que o interesse pessoal do indivíduo seja a motivação que prevalece; algumas julgam os membros dessa cultura com base na pureza dessa motivação, outras não esperam nada do gênero; algumas respeitam o acordo que possibilita a todas as partes a impressão de terem vencido, outras rejeitam, com veemência, ambas as soluções ambíguas. A dúvida sobre o risco deve ser: quão seguro é aquilo que é bastante seguro nesta cultura em particular?¹⁸

Essa passagem do texto de Douglas nos parece ilustrar bem uma ideia mais recente, e mais ampla, de conflito. A discussão acontece não apenas com base em comportamentos relativos a *valores*; esses valores não são apenas dados em geral, mas

correspondem a *modos* de percebê-los e vivê-los (como medos e riscos para cada indivíduo). Não só: não se trata de pensar em sistemas de valores, de visões de mundo e de ideologias “gerais” que organizariam determinada cultura ou sociedade de forma estática ou abstrata; ao contrário, eles tomam forma nas motivações e nas percepções concretas e então em ações e concatenações discursivas efetivas. Eis que então, nesses casos, a disputa acontece entre grupos e atores culturais que se atribuem e se creditam reciprocamente aqueles dados sistemas de valores. O que é melhor? E para quem? Por quais razões iniciar um litígio, uma discussão, um conflito? Como sair disso tudo obtendo alguns resultados que possam ser satisfatórios para aquele determinado grupo ou comunidade? Ou para ambos? Ou talvez o conflito tem início propriamente porque se considera que “o outro” (seja ele indivíduo ou coletivo) já obteve “muitas” vantagens? Pensemos nesse sentido também em outros tipos de conflito: as guerras civis denominadas “étnico-nacionalistas”, que ensanguentaram sobretudo o início dos anos 90 do século XX – na ex-Iugoslávia ou na África Central, como a guerra civil-étnica culminada no genocídio de Ruanda.¹⁹

E é aqui que podemos notar um elemento novo de análise, paralelo à transformação das formas de conflito: passamos da tentativa de definir o conflito, com seus componentes internos (motivações, causas e razões), à avaliação também das *condições de estopim*²⁰; ou melhor, a escala dessa sua possível “combustão”: em suma, as relações e as concatenações entre os diversos processos que ativam o conflito. Nesses casos, alguém toma uma decisão (autoridade ou atores culturais ou políticos) ou acontece alguma coisa (evento, imprevisto, calamidade etc.) ou, ainda, alguém começa a acusar outra pessoa de alguma coisa. Esses acontecimentos fazem vir à tona de modo mais ou menos dramático uma discussão, em seguida uma disputa, até o conflito, propriamente dito, aberto. Essa visão culturalista das disputas e dos conflitos insiste ainda mais uma vez na relação entre *percepções* dos eventos (perigosos, arriscados) por parte dos cidadãos, a sua dimensão corpórea, físico-psicológica (frequentemente, não cuidada por outros estudos) e a imersão do seu ser na comunidade e sociedade por meio das verdadeiras e próprias interfaces que são as instituições.

3.2 *As ações coletivas*

De todo modo, pode-se afirmar, de forma geral, que o conflito é o ponto culminante de um processo ou de uma série de processos que se desencadeiam uns a partir dos outros, com base nas discussões e disputas sobre o que é ou não justo ou o que é ou não bom, ou mais ou menos oportuno, então, repitamos, sobre organizações de valores e suas divisões de tipo modal; e também sobre quais sujeitos devam incorporar e atribuir-se (defender, sustentar) esses valores. Enfim, esses sistemas de valores, de tempo em tempo, defendidos e propostos nos conflitos, podem em seguida consolidar-se, ou sobrepor-se; e alguns deles podem enfim ser considerados objetivos indiretos, ou latentes, de um determinado conflito.

Importante estudioso de lógicas sociais de interação, da racionalidade de ação e dos movimentos coletivos, como Jon Elster²¹ – retomando, entre outros, os estudos de Marcur Olson sobre lógicas de ação coletiva –, destaca a importância, para a lógica da ação coletiva, não só de incentivos e possíveis vantagens, mas sobretudo da *criação* de ligações recíprocas (por exemplo, em relação ao conhecido problema do *free raider*²²): na economia, assim como na política, nas relações internacionais, assim como nas vertentes sindicais.

Frequentemente, essas ligações são de natureza temporal e, ao mesmo tempo, cognitiva e comunicativa, e o estudioso acentua a importância disso; por exemplo, a importância do que é definido como “indução retroativa” (*backward induction*) das ações recíprocas: aquilo que sempre funciona, relacionando a capacidade da participação nas ações, e então nos grupos – particularmente em vista dos conflitos ou de situações arriscadas – é a capacidade de coordenar não tanto as ações, mas também as *esperas*. Vale dizer, a capacidade dos diversos sujeitos envolvidos em um conflito de avaliação de sequências de ações já ocorridas, em vista do que presumivelmente poderá ou não acontecer.

Deve-se ressaltar que um determinado sujeito, em situação de risco, é levado a esperar, temer, ou desejar [acreditando]²³ alguma coisa; todavia, está aqui o ponto fundamental: trata-se de avaliar não apenas o que desencadeia um conflito, e de que modo isso se dá, mas também: como se decide participar de um conflito? E como e por que empenhar-se em uma ação? Eis que retorna a importância da coordenação coletiva, no interior dos conflitos. Nesse sentido, uma teoria da ação coletiva está próxima seja das análises sociosemióticas (Greimas, Landowski), seja de uma sociologia cultural: ambas se ocupam, com instrumentos diversos, das formas de construção dramática e

narrativa dos conflitos; e, no interior delas, da representação do que são as distribuições dos sistemas de valores: “mal”, ou “trauma coletiva” ou “risco” para a nossa sociedade.

4. Uma breve arqueologia do conflito

Vamos dar um passo para trás. Sem condições aqui de aprofundar os conceitos provenientes da história da filosofia e, particularmente, da Filosofia Antiga – pensamos, por exemplo, na autenticidade da bem conhecida ideia heraclitiana, segundo a qual a guerra seria o “pai de todas as coisas” –, é importante, porém, ver, ainda que muito rapidamente, como esses conceitos chegam até nós. E, para isso, é preciso procurar delinear os componentes que terão importantes consequências no modo de definir o problema concreto dos conflitos.

Em particular, encontramos-nos diante de duas ideias. Uma dupla ideia de conflito, e sobretudo a passagem de uma para a outra: uma primeira ideia que poderíamos definir “fundadora” do conflito; e uma segunda do tipo “observativo”. Simplificando, a primeira considera que o conflito está na base do mundo; a segunda, que o conflito serve para observar, estudar, interpretar os fenômenos. Naturalmente, essas acepções se cruzam e se misturam, passando uma pela outra; e é isso que parece caracterizar a concepção atual de conflito, que coincide também com a análise e avaliação do tipo sociocultural, que está no centro de nossa atenção.

De um lado, então, reencontramos o conceito segundo o qual a realidade – podemos dizer, também a realidade social e cultural – seria, de forma constitutiva e intrínseca, fundamentada no antagonismo conflitual. Para Heráclito, a lei do mundo, mas também do próprio pensamento – “a belíssima harmonia das discordâncias” –, afirma que dois conceitos, ou duas entidades, não podem existir senão uma em virtude da outra, ou melhor, uma em virtude da luta contra a outra. Mas, então, é o próprio pensamento investido da *polémos*: o pensamento, o conhecimento não podem existir sem luta e sem conflito.

Será Nietzsche a afirmar, partindo de Heráclito:

O povo crê, em vez de conhecer alguma coisa de modo sólido, completo e permanente, mas em verdade a cada momento luz e sombra, amargo e doce se agarram fortemente como dois lutadores, cada um dos quais consegue alternativamente obter vantagem [...] segundo Heráclito [...] o próprio mundo é uma mistura que deve ser continuamente agitada.²⁴

E, além disso, nessa linha tornarão a afirmar Deleuze e Guattari: “O fazer-se *polémos* de Heráclito retorna como fogo.”²⁵ Essa linha de pensamento (tomará tantas vias e conduzirá a muitos desenvolvimentos) não produzirá apenas um idealismo ou um historicismo – não apenas uma pesquisa de leis gerais e universais do pensamento, como no pensamento hegeliano, ou da história, no marxismo –, mas também um conceito que poderíamos definir como construtivo-dinâmico do saber.

Insistem nesse ponto os dois filósofos, considerando como a filosofia moderna transformou a própria imagem do pensamento, que se torna em primeiro lugar modo de observar e estudar os componentes desse próprio pensamento, em modos de sua própria criação. Nesse sentido, a propósito desse modo de construção do pensamento, afirmam: “Um traço não é isolável. Com efeito, o movimento que recebe uma marca negativa se encontra ele mesmo em outro movimento, de marca positiva e ambígua.”²⁶

No que diz respeito especificamente à concepção epistemológica relativa aos atuais estudos sociais e culturais sobre conflito, parece então prevalecer um conceito que podemos definir não mais tanto do tipo ontológico-fundacional, quanto, poderíamos dizer, “construtivista” e “observativo”. Com base na ideia segundo a qual o social e as culturas *constituem-se* a partir dos diversos conflitos, propriamente por esse motivo, elas podem ser *observadas*, estudadas e avaliadas, do ponto de vista das formas conflituais. Insistamos nesse ponto muito importante: hoje o conflito não é pensado tanto como o “fundamento” dos fenômenos sociais, mas sobretudo como meio, uma espécie de “papel de tornassol”, por meio do qual se podem estudar os processos de *construção* dos fenômenos socioculturais. E justamente por meio dessa via se podem derivar os componentes constitutivos dos fenômenos conflituais.

5. As diversas visões culturais dos conflitos: uma abordagem comparativa

Ainda, certamente, com todas as devidas diferenças e nuances, a ideia de oposição, e ao mesmo tempo de coexistência de elementos contrários, é muito importante nas tradições de pensamento, diferindo das tradições ocidentais. Pensa-se, particularmente, nas tradições culturais e religiosas orientais; em primeiro lugar, no taoísmo e nas suas ramificações, e também nas formas das disciplinas práticas, como a Medicina, ou no pensamento da guerra e das artes marciais: *Yin* e *Yang*. Nesse sentido, o estudioso de filosofia chinesa F. Jullien²⁷ destaca o fato de que o pensamento da guerra e do conflito na China Antiga parece colocar o problema de um modo diverso e insiste nesse ponto: no pensamento chinês, a realidade parece ser produzida por um

“processo, regulado e contínuo”. E, na verdade, os componentes desse processo, ainda que partes da luta, em campo, então, ou em jogo (como dois adversários, dois antagonistas), estão, ao mesmo tempo, em contínua transformação, uns nos outros.

Afirma Jullien que isso comporta notáveis consequências e diferenças, não só em relação à tradição do pensamento ocidental – por exemplo, o fato de que a tradição ocidental insiste na oposição entre teoria e prática –, mas também, especificamente, em relação ao estudo dos conflitos “concretos”. No que se refere à relação com o pensamento ocidental, parece que a antiga tradição das disciplinas práticas esteve “regulada” pela instauração do pensamento abstrato e racional.

A antiga *mêtis* – a característica de astúcia do soldado, da deusa, do caçador, do navegador, da tecelã, típica da cultura da Grécia arcaica –, estudada por Detienne e Vernant, foi, segundo Jullien, resistemática, normalizada e retraduzida pela construção de formas ideais e pelas categorias que serão, em um segundo momento, características do pensamento racionalista ocidental (que é objetivo, que age; ou ainda possui características, como a prudência, enquanto capacidade de deliberar, ou seja, de escolher, em uma situação casual, de modo correto e vantajoso, ou ainda, como ressalta Jullien, comentando Aristóteles, ou a bondade da mediania, do bom como escolha média). Essa hipótese sobre constituição e transformação do pensamento ocidental – que aqui apresentamos necessariamente de modo resumido – não é importante apenas para a história das ideias: são ainda, uma vez retomadas, extremamente importantes sobre o estudo e a definição específica e concreta dos conflitos.

Jullien insiste precisamente nesse ponto: o grande pensador moderno da guerra, o general-filósofo Carl Von Clausewitz, na época napoleônica, pensa a guerra fundamentalmente sobre o sulco dessa tradição. Há uma guerra, um conflito abstrato, com as suas formas ideais, que deve ser confrontado e relacionado com os conflitos concretos, no campo. Trata-se sempre de integrar a separação entre teoria e prática. No paradigma clausewitziano, essa separação corresponde aos dois fatores de incerteza definidos como “névoa” e “fricção” ou atrito, subentendidos respectivamente como formas de indeterminação informativo-cognitiva e de resistência das situações concretas aos modelos e planificações abstratas; tal separação estará sempre presente no estudo dos conflitos. Embora o pensamento de Clausewitz seja muito mais refinado do que como muitos de seus superficiais leitores quiseram nos fazer acreditar que o fossem, é verdade que entre o modelo abstrato e a luta em campo cria-se um atrito, uma fricção. Jullien ressalta justamente tal questão: a essência da guerra em Clausewitz consiste

justamente no fato de que a sua prática concreta vai além e trai continuamente o próprio modelo abstrato; o que acontece na guerra é o contínuo produzir-se dessa “distância inevitável”, enquanto, contrariamente, o pensamento chinês seria mais orientado para uma lógica do “concreto”: e é nesse sentido que se tornam interessantes o confronto e a avaliação das diferenças entre os dois conceitos, para iluminar essas diversas características.

Em segundo lugar, já com Clausewitz, o embate parece constituir então a “célula” de base dos fenômenos estratégico-polêmicos.²⁸ O sentido da guerra é dado – ainda que na sua camaleônica mutação – por um ato *decisivo* de força que consiste em obrigar determinado adversário a obedecer à nossa vontade; o general-filósofo prussiano insistia no fato de que a guerra fosse um modo de duelo generalizado.

De qualquer modo, se *polémos* é o pai de todas as coisas, o conflito é, ao mesmo tempo, o que torna comum essas coisas, e o produto desse elo. Se tudo acontece segundo essa luta, tudo se iguala por essa possível luta. Todavia, esse conflito toma as características (o “perfume” diz Heráclito) dos elementos e do momento que lhe dão forma.²⁹ Eis por que nesse sentido é interessante o estudo da Filosofia e das tradições orientais do conflito – da China ou também da Índia.

Naturalmente, nesse caso, torna-se então importante avaliar a natureza do elo entre as partes que compõem a ligação conflitual: de que tipos de relações se trata? De que tipos de relações entre opostos, de oposições, como nos recorda a Semiótica, entre os termos contrários ou contraditórios? Ou mais ainda de tipo tensivo e gradual? Além disso, a filosofia antiga propõe outra questão de grande atualidade para nós: se, para Heráclito, nos mesmos rios “descemos e não descemos, somos e não somos”, qual será a impetuosidade e a velocidade dessa mutação? De seu espalhar-se (distensão) ou recolher-se (retenção), de seu chegar, ir e vir? Além disso, em que nível se situa esse mecanismo ou, se quisermos, essa “química” da oposição e do conflito?

6. Dos conflitos às guerras

Podemos afirmar, então, que, se a uma mais tradicional concepção dialética, de tipo hegel-marxiano (que pensa o conflito como um fundamento da realidade), atrela-se ainda uma definição de conflito como objeto de análise (o estudo dos conflitos e das práticas estratégicas dos participantes, como estudo de ações sociais), junta-se então a isso a ideia de que as práticas sociais, também cotidianas, que constituem a mesma trama da ordem ou das formas, não obstante instáveis, de organização social, são tão

passíveis de estudo e de observação quanto constituídas por sequências de microconflitos.

Nessa linha, alguns estudiosos³⁰, retomando o pensamento de Simmel, insistem especificamente na importância da “não resolução” dos conflitos e das intrínsecas contradições do social e das suas instituições como possibilidade de produção de transformações. E é ainda Simmel a ressaltar, no início do século passado, a importância do conflito como forma de reconhecimento recíproco: da recíproca inserção – tão certa quanto frequentemente paradoxal – no mundo das relações e das trocas sociais.

Um sujeito, ou um grupo, um ator coletivo, põe-se em contraste conflitual com um outro, quando, de certo modo, reconhecendo a alteridade, a diferença, reconhece também a própria existência. O problema que se coloca de modo imediato é exatamente aquele que se quer dizer, na verdade, com “reconhecimento do outro” e com grau de eliminação do conflito, do qual esse reconhecimento pode derivar. Quando se usa o conceito de “reconhecimento”, fica claro que com isso se pode entender seja “admitir a existência de um outro enquanto tal, pelas suas características”, respeitando nele, de qualquer modo, esses traços, seja “de fato, aquele outro é assim e assim”, portanto, é o inimigo, o adversário.

Retomemos ainda o exemplo dramático: o caso das guerras que ensanguentaram a ex-Iugoslávia na última década do século passado. Nesse caso, certamente, podemos falar de relação que “identifica” um outro: reconhece-o, por certos traços, e há a identificação, assim, de um possível inimigo; e isso frequentemente acontece de modo recíproco. A constituição de identidade recíproca parece ser um dos elementos pressupostos do conflito. Com frequência, porém, as Ciências Sociais esquecem que tal “reconhecimento” constitutivo, tal construção identitária advém, em um tempo e em um espaço, segundo certo “ritmo”, por assim dizer; e, então, sobretudo, segundo a concatenação de certos elementos no interior de organizações discursivas (a frustração, o começar a definir-se como parte de um grupo, ou de um povo, que recebeu “uma injustiça”, e então necessita de uma vingança ou de uma reparação, o atribuir ao outro o papel de responsável pela situação negativa atual; a ativação de sistemas semióticos e de símbolos como a religião, a tradição, a língua, o território, em favor da definição do próprio grupo e contra os outros). Se esses mecanismos valem para os conflitos infra ou interestaduais, eles, para as ciências sociais e antropológicas, parecem reproduzir-se também em escala menor. Segundo essa perspectiva, o conflito é considerado como uma forma generalizada, sem resolução, e que absorve todos os conflitos particulares.

Tratar-se-ia quase de considerá-lo “como pano de fundo”, diz Simmel, das formas da sociabilidade moderna.³¹

Outro sociólogo contemporâneo, como Luhmann, ressalta – desta vez do ponto de vista de uma teoria geral dos sistemas sociais – uma questão tão importante quanto: evitar “o erro difuso de considerar a desestabilização” (e então o conflito) “como disfunção em quanto tal. Os sistemas complexos têm, ao contrário, necessidade de um grau relativamente alto de instabilidade para conseguir reagir continuamente ao ambiente, bem como a si mesmo; esses sistemas devem continuamente reproduzir tal instabilidade”.³² Ainda segundo Luhmann³³, nas ciências sociais, desde a primeira década de 1900 (ele sustenta ainda a causa das então difusas concepções de darwinismo social), ganhou largo campo a ideia de uma generalização do modelo conflitual, do *universality of conflict*.

Hoje trata-se de rever essa concepção em bases mais amplas: de análise dos sistemas de conflito, em que, em outras palavras, há aquele contínuo tornar-se fato de disputas, de transformações e de interação, sem dar ao conflito um valor de fundamento *a priori*, mas, na verdade, enquanto modo concreto de produção da realidade social e cultural compartilhada.

6.1 *A expressão do “Outro”*

Como se pode notar, cada um desses pontos relativos à definição de conflito é suscetível de posteriores especificações, e refere-se a um campo ainda mais amplo. Trata-se de componentes, dos quais proporemos uma lista ainda que provisória. Antes de mais nada, explicitaremos: os modos de ver e conceber o “Outro” (a definição de adversário ou de antagonista); os modos de agir sobre os sentimentos do outro (pensemos, por exemplo, em ações como a provocação, a ameaça etc.); os causadores ou o “princípio de iniciativa” do agir, a preparação dessa ação (o modo de conceber e de dispor as forças); os modos de “calcular”, ou melhor, de prever as ações do outro; e, enfim, os modos de reagir a uma ação. Nesse sentido, como já foi ressaltado, outro importante sociólogo, como Goffman³⁴, é fonte de importantes exemplos e considerações.

Goffman, recordamo-lo aqui, orienta o seu interesse pelas definições, como “jogos de expressão” no interior das formas de interação na vida cotidiana. Todavia, utiliza, também, para o estudo dessas formas de interação social, modelos significativamente provenientes justamente de uma atividade conflitual por excelência,

a guerra, como por exemplo: traços dos comportamentos de espiões, agentes de polícia e agentes secretos.³⁵ Ele ressalta, em particular, a importância, além dos “jogos de face” (noulras palavras, os movimentos e os comportamentos que cada um de nós adota para manter-se em ligação com os outros), mais especificamente dos gestos nos “jogos de expressão”.

Trata-se de gestos não intencionais, frequentemente gestos ingênuos, ou ainda gestos de controle, de mascaramento, como o “fingir” e, ainda, de “contramascaramento”. A esse propósito, o mesmo Goffman afirma: “se, de um lado, há uma sucessão, uma íntima coordenação do agir”³⁶, de outro, como já mencionado anteriormente, é a presença “do fenômeno da territorialidade” que é a causa do conflito. Eis então que parece suceder, para a sociologia das interações sociais, um outro elemento constitutivo de mesma ordem e da vida social diante do conflito: o espaço, o território que pode ser violado, e é por isso que deve ser protegido.

Para Goffman, essa dimensão se apresenta de modo duplo, assimétrico e reversível; e nisso está a diferença com a etologia animal; e com uma visão estreitamente funcionalista. Os territórios não são fixados de uma vez por todas, mas são, poderíamos dizer, “funções” territoriais: são variáveis, negociáveis. Em relação a isso, é importante lembrar que os conflitos são frequentemente ligados também aos sinais, traços e marcações territoriais para serem interpretados. Goffman escreve claramente:

[...] enquanto pode ser arrogante pretendermos algo para nós mesmos, isso se torna uma cortesia ou um sinal de afeto ou de estima se somos nós a oferecer tal coisa: as nossas vulnerabilidades rituais são também os nossos recursos. Assim, violar o território do *self* significa também corromper a linguagem da cortesia.³⁷

O conflito nasce e morre nos lugares mais aparentemente distantes dele: o “tudo é guerra” parece reaparecer nas aparentemente inócuas situações em que se negocia com base nas regras da aparência e da cortesia. Eis então que, se nos deslocamos do âmbito dos grandes sistemas para os atalhos cruzados e labirínticos da vida cotidiana, encontramos formas de conflito extremamente variadas e complexas, e não apenas relacionadas às questões da boa educação e da cortesia. Quando, com Goffman, se fala de funções territoriais, pode-se também fazer referência à luta para o controle do território da parte dos bandos, ou zonas de espaço de droga etc.

7. Disputas e formas de mobilizações sociais

De todo modo, são numerosos os estudos que, de diversas maneiras, seguiram a linhas das pesquisas goffmanianas; tais estudos se interessam pelo aprofundamento de tais práticas conflituais no interior das interações da vida cotidiana. Uma tendência – interessante em particular para o estudo geral dos conflitos – é aquela que começou a trabalhar, também com base nos microconflitos e microinterações, com quadros mais amplos das formas “cívicas” da “contestação social”, colocando então uma relação fundamental com o outro grande campo de estudos, aquele já citado das ações e dos movimentos coletivos.³⁸ E isso parece importante no interior de uma mais ampla avaliação das diversas formas de construção da expressão social do desacordo, da disputa: para se entender, por exemplo, como formas de protesto civil (envio de cartas aos jornais, além de manifestação de desacordo no interior das interações, ou na construção de práticas “defensivas”; pensamos, por exemplo, nas audiências em tribunais). Alguns desses estudos – que se colocam na linha goffmaniana, mas que utilizam às vezes instrumentos de análise narrativa do tipo semiótico ou conceitos provenientes da pragmática – ressaltando justamente esse ponto.³⁹ Mac Evoy, por exemplo, ocupa-se de estudar como o interior das práticas e das interações sociais encontra lugar nos processos de “invenção defensiva”, que estaria na base daquilo que, relativamente às trocas internacionais e comunicativas, é definido como “imperativo de justificação”: produção de estratégias e de argumentos utilizados pelas pessoas nessas práticas de invenção defensiva (mais ou menos estereotipada), enfrentando os riscos, as decepções, as incertezas etc. sempre de espreita na vida cotidiana.

Tratar-se-ia então da produção de “tópicos” verdadeiramente apropriados, que serviriam justamente como “etiqueta social”, particularmente importante no que se refere à gestão daquela incerteza (da interpretação de contextos, do comportamento dos “outros” e da comunicação) que constitui uma constante pragmática dessa mesma interação.

Todavia, o que tem a ver isso tudo com a ideia de conflito? Não pareceria mais uma concepção orientada à pacificação, à redução dos conflitos, à negociação? Antes de tudo, porque em cada conflito existe negociação e acordo, mas sobretudo porque as práticas sociais seriam constituídas – segundo essa tendência de uma renovada sociologia da ação – sobretudo por uma espécie de “manutenção da tensão conflitual”: o que nem sempre é feito necessariamente por meio de uma gestão das relações de força.

E é essa a novidade de tal abordagem, relativamente à teoria do conflito tradicional: essas formas de negociação “conflitual” – propriamente mediante formas de

contestação, denúncias, modos de requerer e obter reparação, modos de constituir práticas defensivas e justificações, até as figuras da desobediência civil, da participação e mobilização cívica – ressaltam que abaixo das interações conflituais estão as práticas de construção sistêmica de “sujeitos coletivos”, de “redes sociais”: apresenta-se então toda uma atividade de produção de estruturas, relações e dependências.

Todavia, isso não quer dizer que se está pensando a sociedade (e nós somos membros dela) como estado de “pacificação forçada”, nem, ao contrário, empenhada em uma frenética e constante “mobilização”. Mais ainda, segundo tal concepção, significa pensar o social como conjunto de redes em contínua construção e potencialmente prontas a se moverem, a funcionarem, disponíveis a se colocarem em movimento. Em suma, aquela que parecia prevalecer em tal concepção nos parece mais uma ideia não de ordem, mas de “tensão potencial”, de manutenção das possibilidades de ação; naturalmente, também do ponto de vista dos sujeitos individuais. Então, é também a ideia de indivíduo e de sujeito individual que se transforma nessa direção: como conteúdo de instâncias múltiplas, prontas pouco a pouco a se ativarem⁴⁰ em diversas situações.

Como ressalta Boltanski⁴¹, “aquilo de que as pessoas são capazes” – por exemplo, na constituição, manutenção e mobilização dos grupos sociais – diz respeito à construção de “competências compartilhadas”. Competências que não dizem respeito sempre só a um saber ou a uma crença, enquanto ato, mas são compartilhadas naquele momento e para aquela determinada ação.

Às vezes, como nos lembra a sociossemiótica⁴², o compartilhamento se completa também por meio da capacidade de coordenar a dimensão temporal, a capacidade de “sincronizar-se” e de relacionarem-se temporalidades diversas.

Da mesma forma, frequentemente tal compartilhamento atua por meio de uma “intersomaticidade”: o ajustamento recíproco dos corpos e de suas presenças “expressivas”.⁴³

Geralmente, acrescenta Boltanski⁴⁴, essa atividade de mobilização e de ação coletiva diz respeito a um incessante trabalho da parte de indivíduos e grupos; trabalho que consistiria na “construção de causas”: em encontrar “boas causas” para justificar a ação. Naturalmente, não temos aqui apenas “efervescência” social: essa atividade se estabilizaria em seguida também na criação de “habitus” – como afirma tanto a Semiótica, também de orientação interpretativa, quanto os estudos sociológicos, com base em Bourdieu – prontos a serem reativados e reutilizados, no interior de uma

comunidade, na interpretação das diversas situações sociais. Vejamos então como esse modo de observar os conflitos nos permite utilizar os mesmos modelos para passar das micro às macrosituações: dos protestos dos comitês de cidadãos às grandes mobilizações sociais, como as greves ou os protestos, às revoltas das periferias urbanas. Até chegar, nos casos mais dramáticos, à tentativa de encontrar um modo de saída e de interrupção dos conflitos armados e violentos. Pensemos nesse sentido na novidade representada pelas tentativas de construir formas novas de tipo social e jurídico de “reconciliação”, no que se refere às saídas⁴⁵ das terríveis situações de conflito ou de regimes opressivos.⁴⁶

A propósito, em vez da ideia de efervescência social, que parece derivar de tais linhas de pesquisa sobre interações sociais, ela parece relacionar-se ao trabalho de âmbito mais filosófico no interior do filão do denominado pós-estruturalismo e do pensamento crítico que dele é derivado. Em síntese, com um filósofo, como Foucault⁴⁷, e com um antropólogo e semiólogo, como De Certeau⁴⁸, emerge, de modo renovado em relação às definições tradicionais, um conceito fundamental: aquele de “resistência”. Os atores, os cidadãos, o próprio social, segundo esse filão de pensamento, produzem práticas (ações, contatos, redes informais por meio das quais se difundem estilos de comportamento) na maioria das vezes silenciosas, não planejadas ou projetadas; daí para a criação de formas de reação e resistência aos grandes sistemas de comunicação e distribuição dos significados e dos valores dominantes (mídia, publicidade, distribuição comercial, mas também mercado de entretenimento). São táticas e estratégias que reorganizam e atravessam esses sistemas. Contrariamente, às vezes, elas obrigam tais sistemas de produção de significado (como a moda ou a publicidade) a “perseguirem” modos de fazer e de vida das pessoas e dos atores sociais no cotidiano.

O conflito, nesse caso, é mais de tipo indireto ou de defesa e, na verdade, de resistência (para dizer como o estrategista Clausewitz): quando deveria eclodir, essa é uma questão que se resolve talvez em comitês – como tem acontecido recentemente – ou em movimentos (pensamos naqueles recentes comitês que realizaram reflexão crítica sobre o consumo ou aquisições etc.). Todavia, trata-se, como vemos, de conflitos particulares, embora às vezes assumam a forma de protesto mais ampla. Outros filósofos e estudiosos, como Deleuze e Guattari⁴⁹ ou Baudrillard⁵⁰, talvez, em certos casos, mais que de formas de resistência, teriam falado de produção de “linhas de fuga” (em certos casos, totalmente aleatórias e talvez até privadas de sentido, aparentemente).

8. As novas formas da violência e da força

Enfim, para concluir, ficou fora da discussão uma última temática, relacionada mais ao tema da guerra, em sentido próprio, embora seja importante para a questão dos conflitos em geral. Deveríamos nos perguntar o que entendemos com “força” (e com “disposição” e uso da força). Força militar? Força física? Força “moral”? Como vimos, a metáfora bélica pode ser muito bem aplicada às interações verbais e sociais na vida cotidiana: eis que então a ideia de força se torna importante. Mesmo que um ponto seja esclarecido, além dos lugares-comuns, geralmente, distingue-se a guerra dos conflitos em sentido amplo, precisamente com o uso da força, que se exprime por meio de uma violência armada, embora não sem vínculos; ao contrário, sabe-se que aquilo que caracteriza a guerra e o Estado moderno é justamente, em sentido weberiano, o uso e o monopólio legítimo da força.

Não queremos certamente reduzir a dramaticidade dos devastadores efeitos produzidos pelas armas nos corpos e nos territórios (trata-se de armas de destruição em massa ou das atuais armas sofisticadas de alta tecnologia, capazes de fazer um corpo em pedaços e são objetos de precisão milimétrica a grandes distâncias). O problema é outro: uma das definições tradicionais de guerra é aquela de “conflito armado”, e ela, especialmente hoje, parece, ao menos em parte, enganosa, não porque a guerra não seja geralmente um conflito desse tipo – é certo que o é –, mas porque as armas, enquanto instrumentos, são consideradas, de um ponto de vista semio-antropológico, como verdadeiros e propriamente “agentes nomeados” para desenvolver e para dar potência a determinadas ações. Então, pensando justamente no progressivo dilatar-se do conceito de guerra e no diferenciar-se de suas formas, torna-se difícil atribuir-lhes de modo exclusivo essa ideia genérica de “armado”.⁵¹

Certamente, a guerra, em sentido restrito, é produtora, ou melhor, capaz de “formatar” a violência (Joxe), mas talvez seja necessário primeiramente uma definição de arma, para entendê-la também como expressão de um conflito: exatamente, como forma de expressão, em sentido semiótico, de conteúdos sempre mutáveis e variáveis. A estratégia produzida pela violência ou pelas armas que devastam e mutilam os corpos continua ainda inteira; todavia, sobretudo para a sociedade contemporânea e para os conflitos típicos dessa sociedade, a mesma forma da arma e da guerra mudou coerentemente, na verdade, com as transformações desses mesmos modelos de conflito.

O uso, especialmente nas formas da guerra contemporânea, como já se dizia, de tipos híbridos e heterogêneos de arma torna-se o ponto essencial: da comunicação à

“gestão” das mídias, por meio de agências de relações públicas e de campanhas de informação (ou de manipulação), às planificações das relações denominada *briefing* e entrevista coletiva e, ao mesmo tempo, o uso de verdadeiras expedições militares punitivas, acompanhadas de tecnologias eletrônicas ou de seu emprego também para atingir à distância os objetivos com precisão milimétrica.⁵²

Antevendo isso, Baudrillard⁵³, já nos anos 70 (em plena Guerra Fria), hipotetizava que a infinita sofisticação das armas, então no interior do complexo sistema da dissuasão nuclear, teria reconduzido a guerra, da forma de violência arcaica, em que sempre esteve, a uma espécie de paralisia, a uma espécie de paradoxo da simulação.

Compreendamos, insistia Baudrillard, não é que a guerra não possa mais acontecer, mas cada gesto seu – vimos isso justamente nos últimos anos – é uma ostentação de potência; um modo sobretudo para “mostrar” e “gesticular”: ostentar uma potência mais do que realizá-la e finalizá-la. As descrições das terríveis campanhas no Iraque ou no Afeganistão, na Chechênia, ou dos combates no Líbano, ou dos bombardeios na Sérvia e Kosovo, com todos os envolvimento de civis sem armas, são exemplos dessa ostentação, certamente dolorosa, mas não por acaso com vítimas sempre mais subcontabilizadas⁵⁴, na verdade, com “danos colaterais”.

Para concluir: de um lado, nesse entendimento da guerra como instrumento, nota-se a impotência em atingir os objetivos que nos eram aparentemente preestabelecidos (pensamos no caso do Iraque e Afeganistão e, talvez um pouco antes, no Vietnã): quanto mais é empregada a potência tecnológica e logística na guerra, mais tal objetivo parece distanciar-se. Em certos casos parece que estamos diante da guerra sem objetivos, ou nos casos em que pouco a pouco se propõe a casualidade. E a guerra, paulatinamente, é desmistificada, “banalizada”, até fazer disso um meio comum de emprego, como se diz então: para intervenção da polícia internacional e, ao mesmo tempo, enfim, uma “prática cotidiana banal”.

Todavia, reflexivamente, o que acontece no complexo das relações conflituais da vida social e cultural? Também nesse caso quanto maior se faz a pressão dos sistemas comunicativos (publicidade, mídia, TV) mais os conflitos de âmbito social parecem espalhar-se, disseminar-se e localizar-se em mil riachos. Talvez – em tempo de guerras que começam como grandiosas e midiaticizadas, elas se enlameiam, como as velhas guerras de trincheira, nas suas repetições, de tempos em tempos, contadas durante os telejornais noturnos; mas também nos tempos dos conflitos políticos contados em forma de rixa televisiva – os conflitos sociais talvez não produzam mais grandes explosões,

mas continuam passando despercebidos por todas as partes, em pequenos lençóis de água subterrâneos, que de tempos em tempos vêm à tona, explodem novamente, talvez apenas por um minuto, mas com grande barulho.

¹ Cf, por exemplo, Otomar Bartos; Paul Wehr, *Using conflict theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

² Idem, p. 11.

³ Cf, por exemplo, Paolo Fabbri, *La svolta semiótica*, Roma, Laterza, 1998.

⁴ Recomendamos: Algirdas Julien Greimas; Joseph Courtés, *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris, Hachette, 1979; Algirdas Julien Greimas, *Du sens II*, Paris, Seuil, 1983, sobre essa questão das definições de ação e narratividade. Relativamente à utilização dos instrumentos de análise semiótica para o estudo da guerra e dos conflitos, endereçamos o leitor a: Paulo Fabbri; Federico Montanari, “Per una Semiotica della comunicazione strategica”, em *E/C*, revista online dell’Associazione Italiana Studi Semiotici, www.associazionesemiotica.it, Palermo, 2004 e Federico Montanari, *Linguaggi della guerra*, Roma, Meltemi, 2004.

⁵ Algirdas Julien Greimas, op.cit, pp.205-15.

⁶ Cf: Paolo Fabbri; Eric Landowski (eds.), “Explorations stratégiques”, *Actes Sémiotiques, Bulletin*, n. 25, Paris, Institut National de la Langue Française, 1983; Alain Joxe; Paolo Fabbri; Michel Dobry, “Dissuasion infra-nucleaire: Principes de dissuasion civique”, *Cahiers d’études stratégiques*, 6, Paris, 1985.

⁷ Thomas Schelling, *The Strategy of Conflict*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1963, p. 5.

⁸ Jacques Fontanille, *Les espaces subjectifs. Introduction à la sémiotique de l’observateur*, Paris, Hachette, 1989; Jacques Fontanille, *Sémiotique du discours*, Limoges, Pulim, 1999.

⁹ Para útil aprofundamento de tal questão, cf. Juan Alonso Aldama, *Il discorso del terrorismo*, Roma, Meltemi, 2006, pp. 158-64. Nesse trabalho sobre o problema do “discurso terrorista” e, em particular, sobre acordos, em seguida frustrados, entre ETA e o governo espanhol, Alonso sublinha na verdade a importância das diversas funções do “terceiro”, a partir dos estudos, entre os outros, de Freud (desenvolvidos também por uma leitura de Schmitt) a Simmel, a Goffman (Erving Goffman, *Frame analysis: an essay on the organization of experience*, Boston, Northeastern University, 1986) com o seu modelo de “molduras de participação” das interações conflituais, através dos quais, em geral, articulam-se os diversos tipos de destinatário-terceiro. Em uma situação de conflito, um sujeito pode dirigir-se ao próprio adversário, mas também para fazer-se “entender” aos outros, que observam, um certo tipo de intenções ou de mensagem; ou, outros destinatários podem participar (por exemplo, como “intrusos” ou espiões ou que vêm de fora, os “agentes duplos”) a essa dada atividade de conflito (sobre esse ponto, cf. além de Goffman, op. cit., também Fabbri, op. cit., Eric Landowski, “Introduction”, em Eric Bertin (ed.), “Penser la stratégie dans le champ de la communication. Une approche sémiotique”, *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Limoges, 2003, em que se encontra também uma discussão atual da definição de estratégia em Semiótica). Sobre o papel do observador na semiótica, cf. Jacques Fontanille, 1989, op.cit.

¹⁰ Axel Honneth, *The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts*, Cambridge, Polity press, 1995.

¹¹ Partindo do âmbito específico dos estudos concernentes à guerra, o conceito de estratégia foi pouco a pouco ampliado, assumindo a característica de modelo teórico geral. A dimensão estratégica saiu efetivamente da esfera da guerra e alcançou todos os domínios (pensamos nos usos atuais do conceito como estratégias de marketing ou empresarial etc.; cf. sobre isso, por exemplo, Hervé Coutau-Bégarie, *Traité de Stratégie*, Paris, Economica, 1999. Cf. também afirmações dos teóricos e dos estudiosos que elaboraram as doutrinas da Guerra Fria (ver, por exemplo, na França, Lucien Poirier, *Le chantier stratégique*, Paris, Hachette, 1997 ou, nos Estados Unidos, o já citado Thomas Schelling).

¹² Naturalmente, para a Semiótica todas as armas (também aquelas “materiais”) são “semióticas”, quer dizer, dotadas de sentido e de programas de ação (cf. Bruno Latour; P. Lemonnier, eds., *De la préhistoire aux missiles balistiques*, Paris, La Découverte, 1994). Aqui, queremos sublinhar o fato de que tal transformação estratégica e de pensamento exaltou o uso da dimensão *virtual* e *potencial* dos conflitos. A propósito disso, queremos lembrar a afirmação de Hannah Arendt: retomando Aron “The [...] fact seems

to indicate a radical change in the very nature of war through the introduction of the deterrent as the guiding principle in the armament race” (Hannah Arendt, *On Revolution*, New York, Penguin, 1965, p. 6). Além do já citado Schelling, cf., para tais definições, Poirier, op.cit; Alain Joxe, “Stratégie de la dissuasion nucléaire”, em Paolo Fabbri; Eric Landowski, op.cit.

¹³ Por exemplo, George Marcus; Michael Fischer, *Anthropology as Cultural Critique*, Chicago, The University of Chicago Press, 1986.

¹⁴ Pensamos no caso atual da crise econômica financeira global, vista também como conflito entre modos de pensar no capital e a riqueza: sobre esse assunto, para um olhar crítico e para uma ampla avaliação do problema e das disputas a propósito do “capitalismo financeiro”, cf. Luciano Gallino, *Finanzcapitalismo*, Torino, Einaudi, 2011.

¹⁵ Ver, por exemplo, Bruno Latour; P. Lemonnier, op.cit.

¹⁶ Dick Hebdige, *Subculture*, London, Routledge, 1979, (trad. it., *Sottocultura*, Genova, Costa & Nolan, 1991).

¹⁷ Raiford Guins; Omayra Cruz (eds.), *Popular Culture. A reader*, London, Sage, 2005.

¹⁸ Mary Douglas, *Rischio e colpa*, Bologna, Il Mulino, 1996, p.45.

¹⁹ No que diz respeito à formação dos estereótipos, das mitologias e das formas identitárias no interior dos conflitos étnico-nacionalistas, com bases no exemplo da ex-Iugoslávia, ver Antonio Marzo Magno, *La guerra dei dieci anni. Jugoslavia 1991-2001*, Milano, Il Saggiatore, 2001; para uma ampla e aprofundada análise do tipo sociossemiótico: Matteo Albertini, *Fratellanza e unità. Politica, nazionalismo e guerra in Jugoslavia: uno sguardo semiotico*, tesi di laurea specialistica, Corso di Discipline semiotiche, Facoltà di Lettere e Filosofia, Università di Bologna, 2007. De caráter mais geral, no que diz respeito às denominadas novas guerras, cf. Mary Kaldor, *New and Old Wars. Organised Violence in a Global Era*, New York, Polity Press, 1999 (2007).

²⁰ N.T. Mecanismo utilizado para explodir uma bomba ou uma carga explosiva, detonador, molotov.

²¹ Jon Elster, *The Cement of Society. A Study of Social Order*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

²² O *free raider* é na literatura do estudo das ações coletivas o “batedor livre”, aquele que corre sozinho, procurando obter o máximo de vantagem pessoal, sem avaliar as consequências da própria ação sobre o grupo.

²³ N.T. Desejar que aconteça alguma coisa e acreditar que seja possível tal acontecimento.

²⁴ Friedrich Nietzsche, *La filosofia nell'epoca tragica dei Greci*, Milano, Adelphi 1972-7, p. 61.

²⁵ Gilles Deleuze; Felix Guatari, *Che cos'è la filosofia?*, Einaudi, Torino, 1996, p. 28.

²⁶ Idem, p. 43. Certamente, esses movimentos, acrescentam Deleuze e Guattari, esse duplicar-se dos traços, dos componentes do pensamento, uns sobre os outros, assumirá características e andamentos diversos nos diversos momentos históricos, do pensamento clássico até o Século das Luzes, determinando o nascimento de novos conceitos, por exemplo, de uma ideia de verdade, de “busca da verdade”; até ao seu reduplicar-se na direção de “seguir os traços” do crer (então, do estudo, dos hábitos, dos “costumes”, das probabilidades e crenças).

²⁷ François Jullien, *Eloge de la fadeur*, Paris, Picquier, 1991.

²⁸ Ver também Hervé Coutau-Bégarie, op.cit, pp.98-9.

²⁹ N.T. Assumem um caráter humano.

³⁰ Cf, por exemplo, Alessandro Dal Lago, *Il conflitto della modernità. Il pensiero di Georg Simmel*, Bologna, Il Mulino, 1994.

³¹ Idem, p. 261.

³² Niklas Luhmann, *Sistemi sociali*, Bologna, Il Mulino, 1990, p. 571.

³³ Idem, p. 595.

³⁴ Erving Goffman, *Strategic Interaction*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1969.

Erving Goffman, *L'ordine dell'interazione*, Roma, Armando, 1998.

³⁵ Erving Goffman, 1969, op.cit, primeiro capítulo.

³⁶ Erving Goffman, 1998, op.cit, p. 47.

³⁷ Idem, p. 49.

³⁸ Cf, por exemplo, Michel Dobry, *Sociologie des crises politiques*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986; Raymond Boudon et al, *Cognition et sciences sociales. La dimension cognitive dans l'analyse sociologique*, Paris, PUF, 1999; Jon Elster, op.cit.

³⁹ Cf, por exemplo, Luc Boltanski, *L'amour et la justice comme compétences*, Paris, Métailié, 1990; Sébastien Mac Evoy, *L'invention défensive*, Paris, Métailié, 1995,

⁴⁰ N.T. Porque são potenciais.

⁴¹ Luc Boltanski, op.cit, pp.64-5.

⁴² Eric Landowski, *La società riflessa*, Roma, Meltemi, 1999, pp.291-2.

⁴³ Idem, p. 282. A esse propósito, Landowski refere-se a situações geralmente não conflituais (pelo menos, fundamentalmente!), como a situação de encontro entre amigos. Todavia, Landowski, geralmente, fala de dois regimes de sentido (Eric Landowski, “De la stratégie entre programmation et ajustement”, avant-propos a Eric Bertin, “Penser la stratégie dans le champ de la communication”, *Nouveaux Actes Semiotiques*, xv, 89, 2003), potencialmente vigentes no interior das interações sociais: aquela de irrupção da “presença de sentido” – enquanto enunciação instantânea que apontaria apenas certos momentos da interação –, e um regime ordinário – de sentido comum, compartilhado – de característica durativa. De todo modo, seria interessante avaliar as dinâmicas que conduzem em um encontro – entre amigos, amantes ou noivos – acordos e entendimentos ao estágio de litígio: os mal-entendidos, os desentendimentos, e os “você não entendeu o que eu queria dizer”.

⁴⁴ Luc Boltanski, op.cit, p. 53.

⁴⁵ N.T. No sentido de debandada.

⁴⁶ É o caso das formas de justiça restauradoras concebidas pelos tribunais para a reconciliação no sul da África ou no pós-guerra em Ruanda; essas formas nascidas com a intenção de dividir propriamente os circuitos ou as espirais do ódio e da vingança, como uma forma de justiça e ao mesmo tempo de memória, não de esquecimento e suspensão desse propósito. Ver, por exemplo, Carlo Martini; Giorgio Zagrebelsky, *La domanda di giustizia*, Torino, Einaudi, 2003, para uma avaliação semiótica desse mesmo tema, cf. Cristina Demaria, *Semiotica e memoria*, Roma, Carocci, 2006.

⁴⁷ Michel Foucault, *Difendere la società*, Firenze, Ponte alle Grazie, 1990.

⁴⁸ Michel De Certeau, *L'invention du quotidien*, Paris, Gallimard, 1980.

⁴⁹ Gilles Deleuze; Felix Guattari, *Mille plateaux. Capitalisme et schizophrénie*, Paris, Minuit, 1980.

⁵⁰ Jean Baudrillard, *Simulacri e impostura*, Bologna, Cappelli, 1980.

⁵¹ Para uma importante análise e discussão da relação entre evolução cultural e social dos sistemas tecnológicos das armas, gestão do “circuito da violência”, estratégia de guerra, cf. Alain Joxe, op.cit.

⁵² Para uma análise dessas formas mais recentes de guerra, cf. Alain Joxe, *L'empire du chaos*, Paris, La Découverte, 2002; Mary Kaldor, op. cit.; Fabio Mini, *La guerra dopo la guerra*, Torino, Einaudi, 2003.

⁵³ Jean Baudrillard, op.cit.

⁵⁴ N.T. Em um evento, “derubricare” é avaliar o acontecimento de modo menos grave de como ele foi previsto inicialmente.

